# Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural



#### 56ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

## **PROJETO DE LEI Nº 2.341, DE 2019**

Apensado: PL nº 4.782/2019

## SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Desenvolvimento da Apicultura e da Meliponicultura.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Incentivo ao Desenvolvimento da Apicultura e da Meliponicultura - PNDAMEL.

Art. 2º A PNDAMEL destina-se ao fomento das atividades relacionadas à conservação, criação e manejo racional de abelhas e seus enxames, assim como à produção, beneficiamento, processamento, envasamento, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização e exportação de produtos oriundos da apicultura e da meliponicultura.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, meliponicultura é a atividade de criação de abelhas-nativas-sem-ferrão.

#### Art. 3º São diretrizes da PNDAMEL:

- I fomentar a exploração racional da atividade apícola e meliponícola, valorizando seus benefícios ambientais, fatores culturais, econômicos e sociais;
- II valorizar os produtos e serviços ambientais prestados pelas abelhas;





- III incentivar o consumo dos produtos das abelhas, valorizando suas qualidades nutricionais e terapêuticas;
- IV apoiar, estimular e promover pesquisas que favoreçam o desenvolvimento tecnológico e a adoção de técnicas que contribuam para a criação e manejo racional de apiários e meliponários;
- V incentivar a adoção de boas práticas de manipulação em relação ao processamento, beneficiamento, envasamento, armazenamento, transporte e distribuição dos produtos apícolas e meliponícolas;
- VI apoiar a organização do setor, a implantação, melhoria e modernização da infraestrutura individual ou coletiva de produção, de forma a favorecer a comercialização de produtos oriundos das atividades apícola e meliponícola;
- VII estimular a instalação, o manejo e a exploração econômica de meliponários em unidades de conservação da natureza de uso sustentável, previstas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- VIII incentivar a prática da polinização dirigida, por intermédio da instalação, permanente ou temporária, de apiários ou meliponários nas proximidades ou no interior de cultivos de espécies vegetais de interesse ecológico ou econômico;
- IX promover a segurança sanitária e a rastreabilidade dos produtos apícolas e meliponícolas, através de análises físico-químicas, biológicas e botânicas, com emissão de certificados de qualidade;
- X estimular o modelo associativista para a reunião de apiários e meliponários, garantindo acesso a linhas de crédito que permitam o aumento da produção;
- XI estimular o comércio interno e a exportação de produtos,
   subprodutos e serviços apícolas e meliponícolas;
- XII apoiar, estimular e promover a realização de inventários da fauna de abelhas, bem como pesquisas que investiguem a interação entre as diferentes espécies em diferentes ambientes;
- XIII revisar as normas existentes e propor novas normas específicas para a criação, manejo, conservação, uso e comercialização dos produtos das abelhas-nativas-sem-ferrão;
  - XIV estimular a produção de produtos apícolas orgânicos.





#### Art. 4º São instrumentos da PNDAMEL:

- I assistência técnica e extensão rural direcionadas à instalação e ao manejo adequado de apiários e meliponários, bem como ao beneficiamento, processamento, envasamento, armazenamento e comercialização de produtos apícolas e meliponícolas;
- II subvenção ao prêmio do seguro rural, a ser concedida nos termos da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003;
  - III sustentação de preços no mercado interno;
- IV certificação quanto à origem e à qualidade dos produtos destinados à comercialização;
- V organização e promoção de feiras de produtos apícolas e meliponícolas;
- VI realização de campanhas educativas, visando à conscientização da importância das atividades apícola e meliponícola;
- VII realização de campanhas de incentivo ao consumo de produtos apícolas e meliponícolas; e
- VIII realização de programas de capacitação de produtores e de técnicos que atuam em sistemas de assistência técnica e extensão rural.

Parágrafo único. A aplicação dos instrumentos de que trata este artigo será realizada em condições mais favorecidas em regiões com grande ocorrência de abelhas nativas.

- Art. 5º É dispensada de autorização ambiental prévia a instalação, o manejo e a exploração econômica de meliponários de abelhas-nativas-semferrão que atendam às seguintes condições:
- I instalação dos meliponários na região geográfica de ocorrência natural das espécies; e
- II obtenção das colônias por meio da multiplicação de matrizes próprias ou por aquisição de fornecedores autorizados pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. A criação de espécies-nativas-sem-ferrão fora da região geográfica de ocorrência natural poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente.



Art. 6° A Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar acrescida do art. 22-B:

"Art. 22-B. Fica autorizada a instalação, o manejo e a exploração econômica de meliponários em unidades federais de conservação de uso sustentável, desde que prevista pelo plano de manejo dessas áreas."

Art. 7° Acrescente-se ao inciso I do art. 41 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a seguinte alínea "i":

"Art.41
I
i) o manejo da paisagem e o cultivo de plantas nativas para a
manutenção e o crescimento das populações de abelhas.
" (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 04 de agosto de 2021.

Deputada ALINE SLEUTJES
Presidente



